

# LINGUICÍDIO AFRICANO NO BRASIL

LINGUICIDIO AFRICANO EN BRASIL

AFRICAN LINGUICIDE IN BRAZIL

**Jefferson Evaristo\***

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**RESUMO:** A história sociolinguística do Brasil é permeada de contatos, conflitos, rupturas, imposições e prevalências. Se, de um lado, chegaram os portugueses e a língua portuguesa ao Brasil, de outro chegaram também numerosos grupos étnico-linguísticos vindos do continente africano, trazidos especialmente através do tráfico negreiro – o que, por si só, já dá o tom das relações possíveis entre a língua portuguesa e as línguas vindas da África. Nosso texto enfoca o período do século XVI ao XIX e a dinâmica da relação entre a língua portuguesa e as línguas africanas, discutindo o processo de linguicídio por que as línguas africanas passaram.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguicídio. Sociolinguística. História da língua portuguesa. Línguas africanas.

**RESUMEN:** La historia sociolingüística de Brasil está impregnada de contactos, conflictos, rupturas, imposiciones y prevalencias. Si, por un lado, el portugués y la lengua portuguesa llegaron a Brasil, por otro también llegaron numerosos grupos étnico-lingüísticos del continente africano, traídos especialmente a través de la trata de esclavos, que, en sí misma, ya marca la pauta para las posibles relaciones entre la lengua portuguesa y las lenguas procedentes de África. Nuestro texto se centra en el período comprendido entre los siglos XVI y XIX y la dinámica de la relación entre la lengua portuguesa y las lenguas africanas, discutiendo el proceso lingüístico por el que atravesaron las lenguas africanas.

**PALABRAS CLAVE:** Linguicidio. Sociolingüística. Historia de la lengua portuguesa. Idiomas africanos.

**ABSTRACT:** The sociolinguistic history of Brazil is permeated with contacts, conflicts, ruptures, impositions and prevalences. If, on the one hand, the Portuguese and the Portuguese language arrived in Brazil, on the other hand numerous ethnic-linguistic groups also came from the African continent, brought especially through the slave trade - which, in itself, already sets the tone for relations between the Portuguese language and the languages coming from Africa. Our text focuses on the period from the 16th to the 19th century and the dynamics of the relationship between the Portuguese language and the African languages, discussing the process of linguicide that the African languages went through.

**KEYWORDS:** Linguicide. Sociolinguistics. History of the Portuguese language. African languages.

## 1 INTRODUÇÃO

De certa forma, é possível dizermos que a história de um país, território ou grupo social é a história da(s) língua(s) falada(s) nesse território/grupo. A história de um país, qualquer que seja ele, é a história de sua língua. Ou, para sermos mais exatos, de suas línguas.

---

\* Pós-doutorando em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutor em língua portuguesa (UERJ, 2020) e em língua italiana (UFRJ, 2019). É professor adjunto de língua portuguesa na universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: jeffersonpn@yahoo.com.br.

No Brasil, naturalmente, o processo será idêntico. Pensar a história do Brasil é pensar a sua história linguística, uma vez que os acontecimentos por que passamos são intrinsecamente atravessados pelas línguas “por que passamos”. Ao menos, é claro, em tese.

De maneira imediata, três são os grandes períodos que, cronologicamente, marcaram a “história linguística do Brasil”<sup>1</sup>: em um primeiro momento, o contato entre o português trazido de Portugal e as línguas indígenas existentes na então Terra de Santa Cruz; em um segundo momento, o contato existente entre a língua Portuguesa e as línguas de matriz africana<sup>2</sup>, trazidas com os escravos que aqui aportavam; em um terceiro momento, o contato entre as línguas trazidas pelos imigrantes e a – já consolidada – língua portuguesa.

Aqui, daremos destaque ao segundo “momento sociolinguístico” a que fizemos referência acima, destacando um ponto específico dentre aqueles que foram fundamentais para a compreensão da língua portuguesa no Brasil e, de certa forma, para a compreensão do próprio Brasil.

A hipótese que se coloca é a de que, apesar da miríade de línguas e variantes coexistentes no território brasileiro, cada uma delas foi sucessivamente suplantada, de forma a restar hegemonicamente apenas uma, a língua portuguesa (CARDOSO, 2016)<sup>3</sup>. E, não apenas suplantada, mas efetivamente apagada, ao ponto de hoje muitas delas sequer serem conhecidas, estudadas ou divulgadas. Houve, de fato, um verdadeiro linguicídio, apesar dos movimentos de resistência existentes.

Nosso texto busca discutir alguns dos pontos que permitiram o que chamamos de linguicídio das línguas africanas no Brasil. Na primeira parte, a sua introdução, apresentamos a proposta do texto e apontamos alguns de nossos caminhos.

Na segunda, discutiremos a formação de uma nova África no Brasil, dada a proporção do número de negros escravizados que aqui aportaram. Trata-se de um indiscutível fator de formação da sociedade brasileira que, por vezes, é negligenciado.

Na terceira seção, discutimos alguns dos principais pontos que podem explicar o linguicídio africano no Brasil. Ainda que saibamos que o cenário é muito mais complexo do que um simples artigo pode abarcar, apontamos alguns dos fatores que podem ajudar a explicar o processo.

Por fim, na última seção, apresentamos alguns últimos pontos que fecham nossa intervenção, deixando outras pistas que podem ser utilizadas por outros pesquisadores para aprofundar mais a questão.

## 2 O QUE ERA PARA SER UMA NOVA ÁFRICA

Em relação à situação, número, influência e participação dos negros escravizados no Brasil, há inúmeros dados do período brasileiro, entre os séculos XVI e XIX, que não são precisos. Lucchesi (2009, p. 45) assinala, por exemplo, uma leitura de Prado Júnior que “[...] alude a referências de sua vinda [de negros escravos] já na primeira expedição oficial de povoadores, em 1532”. Mello (2014, p. 49) defende como sendo de 1538 a “[...] chegada dos primeiros africanos trazidos para o Brasil na condição de escravos”.

Isso significa que, considerando-se a hipótese como correta, desde o primeiro momento em que os portugueses chegaram ao Brasil para povoar o novo mundo já havia o elemento do negro africano a compor a realidade social e linguística da então Terra de Santa Cruz. Entretanto, ainda que a hipótese não esteja correta, basta considerar o ato de D. João III: “[...] o alvará de 29 de março de 1549,

<sup>1</sup> Destaque-se que esses períodos não são estanques, mas se sobrepõem.

<sup>2</sup> Ainda que no período houvesse também, em menor, escala o contato com as línguas indígenas.

<sup>3</sup> Com isso, naturalmente, não dizemos que o Brasil seja monolíngue. Apenas a título de exemplo, o IPOL (Instituto de Políticas Linguísticas) atesta haver aproximadamente 250 línguas sendo faladas no Brasil, dentre línguas indígenas, quilombolas e de imigração, por exemplo. Isso não muda o fato de que, no plano da hegemonia, o Brasil tem apenas uma língua: a língua portuguesa.

que autorizou a importação de escravos de Guiné e da Ilha de S. Tomé para trabalharem nos engenhos” (BANDECCHI, 1972, p. 207), documento material ao qual parte dos historiadores atribui o início da escravidão brasileira.

Em outras palavras, basta considerar que os portugueses começaram a se fixar nas terras recém-descobertas no ano de 1532. Embora não haja uma precisão inequívoca quanto à data de início da escravidão no Brasil, quer seja considerada a data exposta por Lucchesi (2009), quer seja considerada a data exposta por Mello (2014), é possível extrair um mesmo ponto: o elemento negro africano esteve presente aqui desde o início da organização sociopolítica do Brasil<sup>4</sup>.

Esteve presente, inclusive, em enorme quantidade. Ainda que os dados sejam escassos, alguns autores apresentam os seguintes números:

- a) Petter (2014, p. 22): “ao longo dos três séculos do tráfico negreiro, teriam sido importados 4.800.000 africanos”.
- b) Almeida (2014, p. 353): “durante cerca de 300 anos, o tráfico transatlântico transportou para o Brasil cerca de quatro milhões e meio de africanos escravizados”.
- c) Mello (2014, p. 49): “ao longo de mais de três séculos de tráfico negreiro, as estimativas numéricas sobre a população desalojada da África e realocada para o Brasil alcançam a casa dos três a quatro milhões de indivíduos”.
- d) Lucchesi (2009, p. 59), citando Pandiá Cológeras, fala em treze milhões de escravos, ainda que considere o número exagerado.
- e) Bandecchi (1972, p. 207): “basta dizer-se que em 350 anos mais ou menos, o número de africanos vindos para o Brasil, atinge a 3.600.000”.
- f) Proença Filho (2017, p. 106): “quatro a cinco milhões de africanos arrebatados da terra-mãe chegam escravos à colônia, até 1855”.
- g) Segundo o “Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico”, o número seria de aproximadamente 5,5 milhões (SLAVE VOYAGES, 2021).

Os números, embora discrepantes, mantêm entre si uma mesma lógica: os escravizados foram trazidos para cá aos milhões. Almeida (2014) indica, agrupando por períodos, a proveniência desses negros que aqui aportavam, expondo como suas origens remetem a praticamente toda a África. “Qualquer que tenha sido a quantidade de africanos aportados no Brasil, seu número foi claramente elevado, e sua importância foi duradoura e espalhada em todos os níveis da estruturação sociocultural brasileira” (MELLO, 2014, p. 49). Os dados do tráfico transatlântico apresentam o significativo número de negros trazidos ao Brasil. Um número ainda mais significativo quando pensamos que, a ele, devem ser somados os outros escravos nascidos já no Brasil.

“É gente de distintas origens e idiomas diversos, de tribos várias e variada cultura. E são, de origem sudanesa: iorubás ou nagôs, jejes, ewes-fons tapas, fânti-axântis e hauçás; e de origem banto: angolas, bengalas, moçambicanos, monjolos” (PROENÇA FILHO, 2017, p. 106). Mesmo para aqueles que nasciam aqui, o elemento cultural de seus pais/grupo étnico-social permanecia como um fator a ser considerado, ainda que já num momento pós-contato sociolinguístico e cultural com a língua portuguesa.

Considerando-se a precariedade dos dados da época, definir com exatidão quantas e quais línguas africanas chegaram ao Brasil é uma tarefa quase impossível. Sabemos que os escravos chegaram aos milhões e que compunham uma parcela significativa da sociedade; sabemos que formaram a base produtiva por alguns séculos, assim como sabemos que eles estevam “espalhados” por todo o território nacional, ainda que com maior concentração nos polos urbanos da época.

O que não sabemos, entretanto, é a configuração sociolinguística do período. “São raras as informações sobre o contato entre as diferentes línguas e culturas africanas que para cá foram transplantadas; são poucas as referências sobre os processos de aquisição do português pelos africanos” (PETTER, 2014, p. 19). Havia aqui uma “Nova África”, mas esta era silenciada e ignorada; era escravizada.

<sup>4</sup> Para fins de praticidade e fluidez do texto, a partir deste ponto, faremos referência sempre ao país como “Brasil”, desconsiderando os outros nomes históricos por que ele passou. Não somos indiferentes à discussão sobre, por exemplo, a historicidade do conceito de nação (datado do século XIX); também reconhecemos a existência dos oito nomes pelos quais o Brasil já foi chamado desde o “Pindorama” dos indígenas. Como o nome Brasil já estava fixado desde o início do povoamento português, adotaremos apenas a forma corrente “Brasil”.

Comumente, os historiadores defendem a hipótese de que havia uma “seleção linguística” prévia ao tráfico negreiro, de forma a tentar evitar a aglomeração de africanos de mesma etnia, cultura ou língua, para fins de facilitação da dominação desse grupo. Importava aos portugueses que os negros não tivessem laços entre si, para que assim uma possível rebelião fosse prevenida. Era a “expectativa de incomunicabilidade entre os cativos africanos” (LIMA; CARMO, 2014, p. 12): “De fato, a heterogeneidade linguística dos escravos foi sempre uma variante desejada por traficantes e senhores preocupados em submeter a escravaria importada à mais perfeita anomia, de modo que dessa equação de poder resultasse a segurança senhorial” (ALMEIDA, 2014b, p. 74).

Uma heterogeneidade que, na prática, não se sustentava. Petter (2014, p. 21) demonstra como inúmeros eram os escravos vindos de uma mesma região e, conseqüentemente, falantes de uma mesma língua. Da mesma forma, muitas das diferentes línguas africanas pertenciam ao mesmo tronco linguístico, o que as tornava próximas e compreensíveis umas às outras. É o caso, por exemplo, do tronco gbe, encontrado nas costas do Congo, Gana, Nigéria e do Benin. Como observa Castro, numerosos contingentes de africanos eram trazidos das regiões em que se falava “[...] eve, fon, gun, mina e maí, destacando-se, no entanto, como línguas étnicas majoritárias, eve e fon” (CASTRO, 2014, p. 63).

A suposta heterogeneidade linguística, portanto, era mais um mito do que um fato. Havia, sim, comunicabilidade entre os negros escravizados, por vezes servindo a língua como código secreto de fala entre os negros. Ou seja:

[...] escapou aos senhores [de escravos] o fato de que o grande fluxo de escravos advindos da África Centro-Ocidental [...] propiciou a construção de identidade comum entre esses cativos, baseada na semelhança de suas culturas, todas do grupo linguístico banto. [...] Dessa forma, essa língua franca funcionava tanto como um código secreto para os escravos quanto como um símbolo de oposição aos seus senhores. (ALMEIDA, 2014, p. 76)

Como visto, é possível determinar que um número elevado de línguas chegou ao Brasil nos navios negreiros. Não é possível, entretanto, individualizá-las com precisão científica. Todavia, se não é possível determinar as línguas que vieram ao Brasil pelos navios africanos, é possível reconstituir parte da quimera observando as regiões das quais esses negros saíram, comparando-se assim as suas línguas. Foi o trabalho capitaneado por Petter (2014), assim como por Bandecchi (1972) ou Almeida (2014, 2014a). Um trabalho que expôs a variedade sociolinguística e cultural que passou a compor o cenário brasileiro entre os séculos XVI e XX.

As estimativas falam em algo em torno de duzentas línguas africanas no Brasil (PROENÇA FILHO, 2017, LUCCHESI, 2009). Milhões de africanos, centenas de línguas: era de se esperar que o Brasil, um “mosaico de variedades” (GUISAN, 2015, p. 229), passasse à história como uma nação plurilíngue majoritariamente africana, com traços indígenas. Entretanto, a previsão não se confirmou.

Basta perceber a configuração numérica da população da época para que o cenário ganhe luzes. Proença Filho (2017) indica que já em 1583, uma carta de José de Anchieta listava a existência de quatorze mil negros africanos, para vinte e cinco mil brancos portugueses. As estimativas, aproximadas, carecem de maior fundamentação, mas os dados indicam que, por exemplo, no final do século XVII, a população brasileira era de “[...] cerca de trezentas mil pessoas, e os brancos seriam, no máximo, cem mil, enquanto os escravos de origem africana, cento e setenta mil” (LUCCHESI, 2009, p. 46). Havia, portanto, quantitativamente, setenta por cento mais negros africanos que brancos portugueses já no século XVII..

Entretanto, um dado posterior é ainda mais impactante: “[...] ainda o período é Colônia, negros e mulatos constituem 79% da população baiana, 75% dos mineiros, 68% da gente de Pernambuco, 64% dos habitantes do Rio de Janeiro” (PROENÇA FILHO, 2017, p. 109).

Por óbvio, ainda que se considere uma suposta “incomunicabilidade linguística”<sup>5</sup> entre os negros africanos vindos para o Brasil, dois fatores não podem ser desconsiderados. O primeiro é que o alto número de negros traficados, com seu igualmente alto número de

<sup>5</sup> Não desconsideramos aqui a existência de línguas gerais, quer de matriz portuguesa, quer de matriz africana, na composição do cenário. Entretanto, como o objetivo de nosso texto é o de discutir o linguicídio das línguas africanas, não faremos uma análise mais aprofundada da questão.

línguas faladas, passa a conviver, em contato linguístico, com a língua portuguesa falada pelos brancos – que, ademais, era a língua da corte, da política e da economia. O segundo é que, em alguns poucos anos, já havia descendentes dos primeiros escravos que, nascidos no Brasil, passavam a conviver em um ambiente plurilinguístico complexo. Não se esqueça, ainda assim, a perene presença indígena no período. Como afirma Proença Filho (2017, p. 107), “[...] avulta o negro africano na construção do Brasil”.

É, portanto, um campo social, histórico e linguístico para o qual a simples análise de uma “influência” das línguas africanas na língua portuguesa nos planos lexical, morfológico, sintático e semântico não será suficiente. Em Petter (2014, p. 25), há uma breve listagem de trabalhos que conferiam aos pontos de observação listados acima a primazia dos fatores de influência das línguas africanas na língua portuguesa. Não são listados, porém, trabalhos que priorizem os aspectos sócio-históricos, sociolinguísticos ou de contato linguístico, embora a autora fale em “[...] aprofundar os estudos da história social dos contatos linguísticos no Brasil, considerando, sobretudo, a atuação das línguas indígenas e africanas” (PETTER, 2014, p. 26).

É o ponto em que nossa proposta se distancia da maior parte dos trabalhos da área, justamente por não focar nos aspectos “estruturais” da língua portuguesa do Brasil. É, por exemplo, a leitura de Lucchesi (2009, p. 41), para quem

[...] no Brasil, o contato dos colonizadores portugueses com milhões de aloglotas, falantes de mais de mil línguas indígenas autóctones e de cerca de duzentas línguas que vieram na boca de cerca de quatro milhões de africanos trazidos para o país como escravos, é, sem sobra de dúvida, o principal parâmetro histórico para a contextualização das mudanças linguísticas que afetaram o português brasileiro.

Foi, ainda, a leitura de Petter (2014, p. 20), na busca por uma “[...] tentativa de explicar como as variedades linguísticas africanas se integraram ao português falado no Brasil, de modo a tornarem-se praticamente invisíveis na língua que falamos”.

A proposta que discutimos é outra: a de observar a língua portuguesa em sua dimensão sociolinguística e histórica e em seu contato linguístico com as línguas africanas trazidas para o Brasil pelos negros escravizados.

Para um estudo eficaz da história e das mudanças por que passa/passou uma língua, é necessário recorrer, inicialmente, a estudos de linguística histórica. Aqui, cabe lembrar a divisão existente entre a chamada história externa da língua e chamada história interna da língua. Nas palavras de Gladstone Chaves de Melo (1981, p. 69),

A história [história externa] é a história dos acontecimentos políticos, sociais e culturais que tiveram repercussão ou consequências linguísticas, é a história cultural de um povo (ou de povos que se sucederam numa região), mas a história cultural elaborada com um acento tônico na língua. A segunda [história interna] é a descrição do processamento das divergências, é o estabelecimento da evolução fonética, morfológica, sintática e semântica

De maneira bastante próxima, Faraco vai defender que a história externa é “[...] a história da língua no contexto da história social, política, econômica e cultural da(s) sociedade(s) com a(s) qual(is) ela está relacionada” (FARACO, 2006, p. 59-60).

Ou seja: considerar a história de uma língua, bem como do contato entre as línguas, é considerar também a sua história cultural (sua história “normal”, a “história ensinada na escola” e presente nos livros didáticos), identificando, a partir da preocupação com a língua, quais dos acontecimentos e processos históricos de uma região podem ter tido alguma influência em uma ou mais línguas. “Fatores sociais têm influência direta ou indireta nos processos de mudança das línguas” (FARACO, 2006, p. 61), direcionando-os, condicionando-os, acelerando-os ou refreando-os, dentre outros, como veremos a seguir.

Apresentada a ideia de uma “Nova África” no Brasil, composta por milhões de negros traficados – aos quais se deve somar, ainda, os seus descendentes nascidos no Brasil –, há inúmeras perguntas que ainda precisariam ser feitas. Que elementos poderiam justificar o cenário? Quais forças e/ou agentes atuaram no processo? Que eventos sociais e históricos precisariam ser considerados? Há, obviamente, muitas perguntas possíveis, ainda que a maioria delas tenha respostas apenas parciais, imprecisas ou esfumaçadas.

São perguntas que tentaremos, na próxima seção, tornar um tanto ou quanto mais elucidadas, mesmo que de forma breve.

### 3 PRÁTICA-SE UM LINGUICÍDIO

A palavra *linguicídio* já está registrada no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), fazendo, portanto, parte do elenco de palavras de nossa língua. Entretanto, seu uso não é exatamente comum, ainda que seu entendimento seja relativamente claro a partir de uma análise simples da estrutura morfológica da palavra.

Uma consulta ao *Google Scholar* (2021), importante repositório que lista, de forma ampla, a produção acadêmica registrada em revistas e livros especializados, dá como resultado à pesquisa por “linguicídio” o retorno de sessenta e oito entradas, algumas das quais em duplicidade. O Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, outro importante repositório que lista todas as pesquisas desenvolvidas na pós-graduação *stricto sensu* brasileira, sequer indica alguma pesquisa que tivesse a palavra em seu título, sumário ou palavras-chave.

Não deixa de ser sintomático observar, ainda, a ausência do verbete *linguicídio* em diferentes dicionários. O *Novíssimo Dicionário Aulete* (AULETE, 2011), o *Dicionário Crítico de Sociolinguística* (BAGNO, 2017), assim como os online *Dicionário de Termos Linguísticos* (XAVIER; MATEUS, 2021) e *Priberam* (2021): todos não trazem o verbete. Uma ausência notável, portanto.

A primeira ocorrência do conceito que se tem notícia data de 1992, em trabalho da linguista francesa Silvain Auroux, traduzido no Brasil. Segundo a autora, “[...] as línguas pouco e menos instrumentalizadas foram, por isso mesmo, mais expostas ao linguicídio, voluntário ou não” (AUROUX, 1992, p. 70). “Instrumentalizadas”, no contexto da autora, dizia respeito ao fato de as línguas possuírem ou não escrita alfabética, literatura, falantes nativos, produção científica, aplicabilidade política e/ou religiosa, dentre outros. Quando uma língua não tinha tais atributos ela estaria mais exposta, direta ou indiretamente, a sofrer linguicídio, isto é, o assassinato da língua.

Por uma questão não exatamente linguística, mas política e social, as línguas africanas no Brasil estavam expostas, todas elas, aos critérios elencados por Auroux (1992) para que fossem “assassinadas”. Não havia espaço para as línguas africanas no novo mundo – ainda que, paradoxalmente, a presença do africano fosse necessária. Não havia espaço para as línguas africanas justamente porque havia uma outra que precisava se impor a elas.

Já desde o primeiro momento sociolinguístico que elencamos na introdução do texto, a concorrência da língua portuguesa com as línguas indígenas faria com que, pelo esforço dos jesuítas e pela presença da Igreja, houvesse uma “aproximação linguística” entre os portugueses e os indígenas. É significativa, nesse sentido, a publicação, em 1595, da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, elaborada pelo Padre Anchieta (MELLO, 2014, p. 48), atestando a existência do *nheengatu*, uma língua tupi-guarani importante para o período e ainda hoje falada em alguns lugares, como em São Gabriel da Cachoeira, onde é língua co-oficial do município.

Uma aproximação linguística que tinha, nesse primeiro momento, uma dupla função: catequizar os índios e dominá-los para o trabalho. Uma aproximação que pressupunha, também, a prática na língua portuguesa. Um contato que não pode deixar de ser considerado, embora aqui ele não seja aprofundado, por não ser nosso escopo.

Assim, pouco a pouco, os portugueses iam fixando sua língua como vetor de importância da vida social e política do Brasil, fazendo da língua, também, as práticas sociais. Era necessário saber a língua portuguesa, mesmo que de maneira rudimentar, para participar minimamente da sociedade.

Havia, é claro, o caminho inverso: portugueses que aprendiam as línguas nativas indígenas para poderem se comunicar e servir de ponte entre os dois continentes: “O componente português da população brasileira aqui esteve, evidentemente, desde a descoberta da terra. Após a partida da esquadra cabralina do litoral brasileiro, aqui foram deixados degredados para aprenderem as línguas locais e servirem de elo entre o novo território descoberto e o reino” (MELLO, 2014, p. 50).

Acontece que, para o caso africano, no segundo momento sociolinguístico do Brasil, já não eram necessários esses “degredados” para fazerem tal ponte. Os próprios escravos cumpriam esse papel em duas frentes: de um lado, com a chegada dos “escravos do reino” – isto é, africanos escravizados em Portugal que aqui aportavam já com uma certa aquisição da língua portuguesa –, havia já um número de negros bilíngues; de outro, com a imposição violenta dos portugueses sobre os negros, falar a língua dos senhores era uma questão de sobrevivência.

Aprender o português como segunda língua era, dessa forma, imperativo aos escravos. Some-se a parcial heterogeneidade linguística existente nas senzalas e a emergência da língua portuguesa como língua franca ganha destaque: a “[...] língua de intercurso entre colonizadores e escravos era o português” (LUCCHESI, 2009, p. 47).

Foi importante, para tanto, o desenvolvimento e ascensão de uma sociedade açucareira, pujante economicamente e que começava a fundar no Brasil inúmeras cidades. Nelas, a língua portuguesa era a língua de uso, ganhando inclusive toques de requinte lusitano. Não bastava falar a língua portuguesa: era necessário falá-la como ela era falada em Portugal.

Isso criava um cenário linguístico complexo: havia a língua portuguesa “lusitana alta”, falada pelos altos funcionários do governo e o clero católico. Havia a língua portuguesa “lusitana baixa”, falada pelos degredados e aventureiros que vinham tentar a vida no Brasil, assim como pelos portugueses que eram habitantes rurais ou pouco escolarizados. Havia os africanos que aprendiam a língua portuguesa como segunda língua, falantes que apresentavam um português bastante rudimentar e não-padrão, influenciado pelas suas próprias línguas maternas. Havia, por fim, os descendentes desses negros que aprendiam uma língua portuguesa semicrioulizada nas senzalas, fortemente marcada pelas línguas africanas. Todas elas, entretanto, assumiam a face de “língua portuguesa”.

“Assim, a expansão da língua portuguesa no Brasil, até o início do século XVIII, ocorria paralelamente à expansão da sociedade açucareira do Nordeste” (LUCCHESI, 2009, p. 47). Tempos depois, com o áureo período da exploração das minas de ouro em Minas Gerais, esse avanço será ainda mais acentuado, interiorizando a língua em locais em que, anteriormente, ela pouco adentrava. Espalhava-se a influência da língua portuguesa porque espalhava-se a influência, o poder e o domínio econômico dos portugueses que aqui empreendiam, assim como de seus descendentes. No período, é possível assinalar ainda a vinda de considerável contingente de portugueses, ávidos por enriquecer na colônia.

Se o número de portugueses era inferior ao de africanos, seu poder e participação social eram marcadamente superiores. Aos escravos, restavam duas saídas: serem considerados boçais ou ladinos. Boçais eram aqueles que não dominavam a língua portuguesa, que não sabiam se expressar na língua dos colonizadores. Ladinos, ao contrário, eram aqueles que tinham domínio linguístico do português. Ambas as palavras, atualmente, denotam sentido pejorativo.

Ser um ladino era a *conditio sine qua non* para que os escravos pudessem, por exemplo, pleitear a sua alforria. Era, com outros fatores, condição também para serem alocados nos serviços menos pesados, humilhantes e agressivos, como aqueles do interior da casa dos portugueses. “Esses provavelmente tinham um maior acesso aos modelos da língua-alvo e adquiriam uma variedade de português mais próxima da língua de seus senhores” (LUCCHESI, 2009, p. 67). Dito de outra forma, falar a língua portuguesa era uma habilidade que permitia não apenas a sobrevivência, mas trazia vantagens aos escravos.

Lima (2014) demonstra como a dicotomia boçais e ladinos era relevante na sociedade. São casos como o dos numerosos exemplos de anúncios de venda de escravos que priorizavam, junto ao aspecto físico do indivíduo, a sua capacidade linguística, assim como as notícias de fuga de escravos que “fingiam” ser boçais para tirarem proveito das situações. Ou seja, “[...] na perspectiva aqui apresentada, a questão do desenvolvimento linguístico em contextos de diáspora no Brasil pode ser orientada da seguinte maneira: grandes contingentes populacionais multiétnicos em convivência em ambientes dominados por uma língua de poder socioeconômico necessitavam estabelecer comunicação” (MELLO, 2014, p. 54-55).

Reafirmamos: os escravos eram, direta e indiretamente, forçados a aprenderem a língua portuguesa não apenas por força de seus ofícios, mas porque isso poderia significar, em última instância, a manutenção de sua própria vida ou a libertação de pesados castigos físicos.

Ao mesmo tempo, conservar suas línguas não era uma tarefa fácil por três motivos: a segurança dos senhores, a destituição de seus cultos religiosos e a desejada “nativização” brasileira.

Da parte dos senhores de escravos, havia um medo constante de que estes se rebelassem e atentassem contra a vida dos brancos portugueses. Estando em maior número e possuindo notável força física superior – uma exigência de seus trabalhos forçados –, os escravos representavam, diuturnamente, uma ameaça à vida e à segurança de seus senhores.

Falar em suas línguas africanas era uma ameaça a qual os brancos não poderiam se sujeitar. Castro (2014, p. 61) o demonstra pelo exemplo de António da Costa Peixoto, português que escreveu uma rudimentar obra analisando a língua dos escravos de sua região: a *Obra nova da língua geral de mina traduzida para o nosso idioma por António da Costa Peixoto*. Para os historiadores, trata-se da mais importante obra linguística do período.

Nela, António Peixoto aponta características da língua mina-jeje. “O objetivo do autor era tornar esse falar corrente entre a escravaria local acessível ao entendimento das autoridades e senhores coloniais, numericamente inferiorizados, como instrumento eficaz de repressão e dominação” (CASTRO, 2014, p. 62). Repressão e dominação que poderiam ser traduzidos como “paz e tranquilidade” para a vida dos senhores.

Retornemos à ideia de uma suposta incomunicabilidade linguística entre os escravos. Até aqui, defendemos que ela não existia de fato, considerando os troncos familiares das línguas africanas que aqui chegavam. Todavia, ao mesmo tempo, havia, sim, certa incomunicabilidade. Primeiro, porque ela era planejada desde a captura dos escravos em África – o que, é verdade, nem sempre funcionava. Depois, porque há de ser considerado que muitos dos africanos que chegavam, oriundos de tribos diferentes, tinham brigas entre si.

A entrada constante de novos africanos de diferentes origens étnicas, pelo tráfico, teria provocado muito mais a dissensão do que a unidade entre eles. As rivalidades históricas entre os diversos povos africanos, ainda em suas terras de origem, teriam impedido que, com facilidade, pudessem criar solidariedades que resultassem na formação de uma comunidade ou na organização mais efetiva contra os senhores, ainda que vivendo todos sob as mesmas condições de cativeiro. (FARIA, 2007, p. 124-125)

Ou seja: por paradoxal que seja, havia e não havia incomunicabilidade linguística entre os negros africanos no Brasil. Uma incomunicabilidade que, por um lado, resultará em línguas gerais africanas, principalmente as de base banto (LUCCHESI, 2009). Entretanto, por outro, fará com essas línguas gerais o mesmo que já fazia com as línguas originais.

Essa é, ainda, “[...] uma tentativa de explicar como as variedades linguísticas africanas se integraram ao português falado no Brasil, de modo a tornarem-se praticamente invisíveis na língua que falamos”<sup>6</sup> (PETTER, 2014, p. 20): todas elas eram suplantadas, proibidas, subjugadas e agredidas. Matava-se as línguas uma a uma, enterrando-as nas mesmas senzalas em que lutavam para sobreviver.

Da mesma forma, as línguas africanas eram completamente ligadas ao culto, de modo que a religião africana só poderia sobreviver nas línguas africanas (BERNARDO, 2014; D’OXUM, 2014; MATTOS; ABREU; COUTO, 2014). Praticar a religião africana não deixava de ser, ainda, um motivo de medo para os senhores portugueses: eram os escravos bárbaros, hereges, falando línguas estranhas e cultuando deuses por eles desconhecidos.

<sup>6</sup> Há quem diga que essa foi a forma encontrada de as línguas resistirem.

Atentar contra a religião africana era, ainda, atentar contra a própria identidade africana. Língua e religião, desde sempre, foram elementos intrínsecos entre si (GUISAN, 2015a). Da mesma maneira que é impossível pensar o catolicismo sem a língua latina ou pensar o hinduísmo sem o sânscrito, pensar as religiões africanas sem as suas línguas será uma tarefa impossível.

Ao mesmo tempo, a união que a religião conferia aos africanos era vista, também, como uma ocasião de perigo para os portugueses. Qualquer “aglomeração”, união ou sentimento de pertença entre os escravos era já um alerta de perigo. Some-se a isso, ainda, a forte tradição portuguesa na religião católica e o incessante trabalho de catequese realizado no Brasil, desde a conversão dos índios, e o cenário de proibição da prática religiosa africana estará completo. “Negro usa língua de branco, por força da catequese e da condição escrava, e adapta suas crenças por meio do sincretismo” (PROENÇA FILHO, 2017, p. 107): aos negros, restava mascarar suas crenças no sincretismo com o catolicismo<sup>7</sup>.

E, por fim, um último elemento deve ser considerado: havia entre os africanos uma espécie de “desejo forçado” – que também era um desejo dos portugueses – de serem “nativizados” como brasileiros. Dessa inserção na sociedade brasileira dependia, como já afirmado, a própria salvaguarda da vida dos negros escravizados. Era condição elementar, por exemplo, para que um escravo conseguisse ser alforriado, assim como o era para que eles pudessem agir de maneira mais consciente para, daí, conseguirem alguns “pequenos benefícios”, como a libertação dos trabalhos mais pesados ou a redução dos castigos físicos.

Ser um ladino – e não um boçal – permitia aos africanos sonharem com uma vida diferente daquela em que viviam. Uma vida que, de fato, seria possível, ainda que fosse difícil. São conhecidos, por exemplo, – de certa forma caricatos – os casos de escravos homens que conseguiam virar comerciantes (e que, inclusive, traficavam outros escravos), de escravas mulheres que prostituíam outras escravas (sendo a “dona” delas) ou de escravas que seduziam seus senhores e disso tiravam benefícios, como a emblemática Chica da Silva. De maneira breve, Castro (2014) faz um apanhado dessas situações que, por paradoxais e complexas que sejam, existiam e estão documentadas historicamente.

Esse cenário levou os historiadores à

[...] interpretação de que foi um sucesso absoluto o processo de ocidentalização dos homens nascidos na África e tornados escravos nas Américas. Caio Prado Júnior, um dos mais incisivos, infere que pouco das culturas africanas estaria presente na vida dos escravos e menos ainda teria contribuído para a constituição mais geral da cultura e da sociedade brasileiras, a não ser resquícios, aqui e ali, nas expressões, na comida e em aspectos culturais considerados supérfluos por ele. (FARIA, 2007, p. 123)

Ao mesmo tempo, como já destacado, crescia vertiginosamente a importância da língua portuguesa nos âmbitos da economia, da administração pública, da vida religiosa e das práticas sociais cotidianas. Um cabo de forças que tendia unilateralmente para a língua portuguesa e fazia com que quanto mais ela fosse usada, mas ela fosse dominante, não apenas num sentido quantitativo de uso, mas principalmente num sentido de domínio de poder.

<sup>7</sup> O que, também, é passível de discussões.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos acima, somados, levaram ao cenário que nomeia nosso texto. Houve um linguicídio africano no Brasil. O período da escravidão brasileira legou ao país uma espécie de “não-herança” africana da língua portuguesa, ao ponto de ainda hoje essas duzentas línguas africanas – bem como as mais de mil línguas indígenas – mal serem conhecidas pelo nome. Os estudos históricos e linguísticos ainda engatinham na análise dos fenômenos do período, assim como apenas nas últimas décadas houve um maior interesse dos acadêmicos para a questão. O linguicídio existiu, mas parece que poucos o perceberam.

Ou seja: dito de outra forma, para que a língua portuguesa pudesse se afirmar, foi necessário que uma série de outras línguas africanas fossem suprimidas, relativizadas, subjugadas e, por fim, apagadas, eliminadas. A condição linguística de todas as outras línguas era “minorizada”. “Utilizamos aqui o termo minorizado para fazer referência às variedades linguísticas afetadas pela ‘condição minoritária’” (LAGARES, 2011, p. 170), uma posição depreciativa de uma língua em relação a outra língua, de maior prestígio e uso hegemônico. Vale salientar ainda que a condição de língua minorizada “[...] não está relacionada simplesmente com aspectos numéricos ou quantitativos, mas fundamentalmente qualitativos” (LAGARES, 2011, p. 170).

Uma observação precisa ser feita: “[...] essa condição tem a ver com a possibilidade ou impossibilidade de uma variedade linguística exercer determinadas funções sociais numa comunidade humana e num momento histórico concreto” (LAGARES, 2011, p. 170). Possibilidades que, como defendemos, não existiam para os escravos.

Objetivamente, não havia nada na “estrutura” das línguas africanas que afirmasse que eles não poderiam, por exemplo, assumir uma posição de culto religioso ou de comércio local. Não foi, portanto, uma escolha linguística, mas, sim, antes de tudo, das dinâmicas de poder e dos âmbitos políticos, econômicos e culturais em que cada língua estava inserida.

Os historiadores e linguistas, atualmente, são praticamente unânimes em marcar como as línguas africanas exerceram fator de influência inegável na língua portuguesa. Quase a totalidade dos autores já citados defendem essa posição, especialmente Lucchesi (2009). Há muito das línguas africanas na língua portuguesa, na cultura brasileira e na constituição do Brasil como nação. O ponto, ao que parece, é indiscutível.

O que defendemos, entretanto, não é a herança lexical, morfológica ou de variação linguística que as línguas africanas legaram ao português. Nem mesmo defendemos a influência cultural, artística ou religiosa que os escravos deixaram para a construção da nova nação.

O ponto que defendemos é o do linguicídio que foi praticado com as línguas africanas no Brasil, quase todas elas assassinadas, enterradas e esquecidas pela história. Ao fim e ao cabo, de maneira hegemônica, sobrou apenas uma língua a ser utilizada no Brasil. Não por acaso, a língua de poder dos colonizadores.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. L. de. Tráfico de africanos para o Brasil. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do. *História Social da Língua Nacional 2*. Rio de Janeiro: Nau Editora/FAPERJ, 2014. p. 353-362.

ALMEIDA, M. A. L. de. As vozes centro-africanas no Atlântico Sul (1831-c.1850). In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do. *História Social da Língua Nacional 2*. Rio de Janeiro: Nau Editora/FAPERJ, 2014a. p. 73-104.

AULETE, C. *Novíssimo Aulete* – Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1992.

- BAGNO, M. de A. *Dicionário Crítico de Sociolinguística*. São Paulo: Parábola, 2017.
- BANDECCHI, B. Legislação básica sobre a escravidão africana no Brasil. *Revista de História USP*, v. 44 n. 89, p. 207-213, 1972.
- BERNARDO, D. J. Jongos, espaço de construção de identidade: afinando os pontos com a escola. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do. *História Social da Língua Nacional 2*. Rio de Janeiro: Nau Editora/FAPERJ, 2014. p. 311-328.
- CARDOSO, M. Plataforma do Letramento: O Brasil e suas muitas línguas. *IPOL*, 2021. Disponível em <http://ipol.org.br/tag/linguas-do-brasil/>. Acesso em: 23 set. 2021.
- CASTRO, Y. P. de. A língua mina-jeje no Brasil, uma língua negro-africana documentada em Vila Rica no século XVIII. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do. *História social da língua nacional 2*. Rio de Janeiro: Nau Editora/FAPERJ, 2014. p. 61-72
- D'OXUM, I. M. M. A língua nagô no terreiro. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do. *História social da língua nacional 2*. Rio de Janeiro: Nau Editora/FAPERJ, 2014. p. 329-344
- DUBOIS, J. et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- EVERETT, D. *Language: the cultural tool*. New York: Pantheon, 2012.
- FARACO, C. A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- FARIA, S. S. C. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. *Tempo - Revista do Departamento de História da UFF*, v. 22, p. 122-146, 2007.
- GOOGLE SCHOLAR. 2020. Busca "linguicídio". Disponível em: Acesso em: 26 jan. 2022.
- GUISAN, P. F. G. O paradigma da língua na formação do nacionalismo brasileiro. In: SAVEDRA, M. M. G; MARTINS, M. A.; HORA, D. da (org.). *Identidade Social e contato linguístico no português brasileiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ; EDUERJ, 2015. p. 225-250
- GUISAN, P. F. G. Língua, cultura, religião e nação no mundo e no Brasil. *Ecolinguística: revista brasileira de ecologia e linguagem*, v. 1, p. 1-17, 2015a.
- LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011.
- LAGARES, X. C.; BAGNO, M. Continuidades e rupturas linguísticas na Península Ibérica. *Revista da ABRALIN*, v. Espec., p. 123-151, 2011.
- LIMA, I. S. Práticas e fronteiras: africanos, descendentes e língua nacional no Rio de Janeiro. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do. (org.). *História social da língua nacional 2*. Rio de Janeiro: Nau Editora/FAPERJ, 2014. p. 229-248.
- LIMA, I. S.; CARMO, L. do. (org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Nau Editora/FAPERJ, 2014.

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 41-73.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MATTOS, H.; ABREU, M.; COUTO, P. B. “O meu pai contava...”: tradição oral e identidade negra no sul fluminense. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do. (org.). *História social da língua nacional 2*. Rio de Janeiro: Nau Editora/FAPERJ, 2014. p. 277-310.

MELLO, H. As difusas fronteiras entre línguas crioulas e línguas não crioulas: o caso da gênese e desenvolvimento da língua nacional no Brasil. In.: LIMA, I. S.; CARMO, L. do. (org.). *História social da língua nacional 2*. Rio de Janeiro: Nau Editora/FAPERJ, 2014. ;

PETTER, M. Línguas africanas no Brasil: vitalidade e invisibilidade. In.: LIMA, I. S.; CARMO, L. do. (org.). *História social da língua nacional 2*. Rio de Janeiro: Nau Editora/FAPERJ, 2014. p. 19-40.

PRIBERAM. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha]. Priberam, 2021. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/chave>. Acesso em: 23 set. 2021.

PROENÇA FILHO, D. *Muitas línguas, uma língua: a trajetória do português brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.

SLAVE VOYAGES. 2021. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/about/about>. Acesso em: 26 jan. 2022.

THOMASON, S. G. *Language contact*. Edinburgh: University Press, 2001.

XAVIER, M. F.; MATEUS, H. M. *Dicionário de Termos Linguísticos. Portal da Língua Portuguesa*, 2021. Disponível em <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology>. Acesso em: 23 set. 2021.



Recebido em 11/08/2021. Aceito em 27/09/2021.